



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 010/2016

Ata da nona sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis, da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia vinte e oito de março. Ausente na sessão a Vereadora Rita Sueli Xavier Taborda e presentes todos os demais. Iniciando o **EXPEDIENTE** e considerando que todos os vereadores já haviam recebido cópias das atas de número 007, da sessão ordinária do dia quatorze de março, e número 008, da sessão extraordinária do dia dezoito de março, nos termos do artigo 159, parágrafo primeiro, do Regimento Interno, o presidente dispensou a leitura das mesmas e as colocou em discussão as quais foram aprovadas com todos os votos, e solicitou a leitura da ata número 009, da sessão do dia vinte e um de março, que foi igualmente aprovada. Em seguida solicitou a leitura do Projeto de Lei n.º 05/2015, do Legislativo, propondo a concessão de reajuste salarial aos subsídios dos agentes políticos do Legislativo Municipal, no índice de 10,5 % (dez vírgula cinco por cento), a serem pagos a partir do mês de março, o qual foi encaminhado para análise das Comissões Permanentes. Após, solicitou a leitura do Parecer Prévio da Comissão Processante n.º 01/2016, composta pelos Vereadores JOÃO ARTUR ALMEIDA CAVASSIN – Presidente, LAURICI JOSÉ DE OLIVEIRA – Relator e VALDIR CABRAL DA SILVA – Membro. Procedida a leitura do Parecer Prévio pelo relator da Comissão, elaborado com base nas denúncias recebidas e na defesa apresentada pelo Executivo municipal, constatou-se que a Comissão apontou cinco itens, sendo:

- a)** Pagamento de serviços sem licitação pública/pagamento com cheque da empresa MK Agropecuária da qual o Prefeito é sócio;
- b)** Contratação em Descumprimento à Lei - Quadro de Sócio Parente de Servidor;
- c)** Dispensa de Licitação 52/2014 - Tomada de Preços 02/2014 referente a serviços de capina e limpeza de ruas; pintura de meio-fio das ruas do município; limpeza de bocas de lobo, corte de grama dos estabelecimentos públicos do município e abertura de valetas;
- d)** Licitações 53 e 60/2014 referentes a construção de pontes afetadas por eventos climáticos;
- e)** Tomada de Preços 22/2014, reforma da Unidade de Saúde Central.

A Comissão em seu **PARECER PRÉVIO** manifestou-se no sentido de que, tendo as denúncias, relatório da CEI e documentos anexos indicados a possibilidade de que tivessem sido cometidas irregularidades, que não teriam sido suficientemente afastadas pela defesa haveria a necessidade de que as situações fossem esclarecidas, fossem prosseguidas as denúncias quanto aos itens “a” e “c” e arquivados os demais itens tratados, para apurarem eventuais irregularidades e ilegalidades mencionadas e verificarem o cometimento de eventuais infrações político-administrativas, respeitando o devido processo legal, com a garantia da ampla defesa e do contraditório, determinando que fosse oficiada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Inácio Martins acerca do presente parecer, requisitando que fosse o mesmo submetido ao Plenário, nos termos da lei, e em caso de aprovação, retornasse para determinação dos atos de instrução processual. Datado de 22 de março de 2016, o documento foi assinado pelos Vereadores membros da Comissão Processante. Concluída a leitura o presidente da mesa diretora determinou que fosse encaminhada cópia do Parecer Prévio a cada vereador e ao prefeito municipal, e informou que o mesmo deveria ser votado



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

056

na próxima sessão ordinária, dia quatro de abril de dois mil e dezesseis. Após, nos termos do artigo 290 e seguintes do Regimento Interno solicitou a leitura do Requerimento para uso da Tribuna formulado pelo cidadão senhor Mauricio do Nascimento, RG 3.459.008-0; CPF 218.122.918-09; Título de Eleitor 219.092.540.116, 34ª Zona Eleitoral, Seção 0196, para falar sobre as denúncias feitas nesta casa as quais foram aceitas e formada a Comissão Processante e explicar que não se tratava de perseguição ao senhor Marino Kutianski e sim um pedido de esclarecimentos à população martinense, e também comentar a respeito das palavras do senhor Marino em um programa de rádio no qual o mesmo teria coagido os denunciadores, e deixar registrado que os mesmos sentindo-se ameaçados teriam registrado um Boletim de Ocorrência. Após a leitura, considerando o que dizia o artigo 292 do Regimento Interno e o deferimento ao Requerimento formulado, convidou o requerente para usar a Tribuna esclarecendo ao mesmo que teria o prazo de 10 (dez) minutos para o seu pronunciamento prorrogável por igual período, não podendo o orador ser aparteado em seu pronunciamento, e que após o pronunciamento a presidência abriria espaço para debate entre o orador e os vereadores, determinando o tempo necessário. Informou também que poderia ser cassada imediatamente a palavra do orador, caso viesse a se expressar com linguagem imprópria, desrespeito ou desviar do tema indicado quando de sua inscrição. O requerente iniciou sua fala comentando a respeito de um áudio publicado durante a sessão anterior pelo Vereador João Artur e o vereador pediu "pela ordem" ao presidente alegando que tal assunto não dizia respeito ao requerimento do orador, e o mesmo voltou a usar a palavra fazendo a leitura de um documento que falava sobre os itens postados em seu requerimento, o qual ficou devidamente arquivado na casa. Após o orador fazer uso da Tribuna o presidente abriu a palavra aos vereadores e o Vereador **OSVALDIR** parabenizou as pessoas que tiveram conhecimento do relatório da Comissão Especial e tomaram a iniciativa de pedir para que aquilo que fora apontado continuasse, dizendo que já havia comentado a respeito disso e na leitura do relatório puderam ouvir a confirmação pelos membros da Comissão Processante de que não havia perseguição política pois tinham acabado de ouvir a confirmação de que partes do relatório da CEI tinha fundamento sim e merecia ser prosseguido o processo de investigação. Falou a esse grupo de mais de cem pessoas ao qual se referiu o orador, considerando que os vereadores de oposição não teriam capacidade de manipular um número tão grande de pessoas que teriam consciência política, reafirmando as palavras do orador de que realmente estariam diante de um quadro em que o prefeito negava aquilo que era inegável e todas as pessoas estariam verificando isso. O Vereador **LAURECI** também parabenizou o orador e as demais pessoas que tomaram a iniciativa de pedir a abertura da Comissão Processante, pois seria somente através desta comissão que o prefeito poderia se defender e mostrar se as acusações levantadas seriam falsas ou não. Disse que ouviu o depoimento que o orador acabara de comentar, no dia em que o prefeito falou em seu programa de rádio, dizendo que cada um interpretava de uma forma e não teria interpretado como sendo uma ameaça e via a situação como todos tendo direitos e deveres, independentemente de usarem um cargo público ou não; que as pessoas se acharam no direito e deveriam buscá-los, assim como



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

057

KL

o prefeito também, se fosse legal e o mesmo pudesse pedir que alguém fosse processado, seria a lei quem deveria dizer, então, os denunciante como também o prefeito, estariam no direito de se defenderem, respeitando sempre a legalidade. O presidente também parabenizou o senhor Maurício e os demais envolvidos dizendo que isso se chamava democracia e essa era a casa do povo como sempre comentavam deixando as portas sempre abertas a todos os municípios. Passado ao uso da **TRIBUNA** o Vereador **JORGE BOEIRA** disse que ficava feliz em ver cidadãos preocupados com que as leis viessem a ser cumpridas dentro do município, parabenizando a iniciativa destes cidadãos. Falou mais uma vez sobre o desrespeito do Executivo com o Legislativo, representantes do povo, e o prefeito com seus deveres, contando que há quarenta dias havia solicitado através de ofício informações sobre a aquisição de ônibus usados e até o presente momento não havia lhe respondido como vereador, muito menos a esta casa, considerando isso um total desrespeito não só a casa, mas também aos cidadãos martinenses. Disse que não sabia como o prefeito tinha coragem de ir até a rádio para dizer que não tinha nada a esconder, mas quando os vereadores pediam cópias de processos não tinha a capacidade de enviar para que os processos solicitados fossem averiguados dentro dos trâmites da lei sendo isso que ocasionava situações como a investigação que aconteceu. Disse que a Comissão Processante em seu relatório confirmou verdades sobre alguns fatos e também falou que alguns fatos não cabiam questionando a comissão se houve alguma análise técnica, por exemplo, na obra do Posto de Saúde, se foi seguido a risca a planilha de execução da obra, onde pode presenciar o uso de madeiras usadas. Também disse observar na defesa do prefeito que não poderiam votar este relatório os vereadores que foram membros da Comissão de Investigação comentando que o mesmo dizia não ter nada a esconder, mas estes vereadores não poderiam votar, pois estariam usando de politicagem, dizendo também que isso não estava acontecendo; estavam aqui para defender os direitos do cidadão, o que deveriam cumprir até o último dia e que achava um absurdo da parte do prefeito tentar impedir um vereador de cumprir com o seu dever, o que também seria mais uma falta de respeito com a população. Ainda comentou um pedido de esclarecimento sobre a escola de Leonópolis e mais uma diversidade de ofícios que tinha enviado pedindo cópias de licitações e informações, mas o que sabia até o momento era que não havia respondido tais pedidos questionando que devia ter algo a esconder, pois se não tinha nada a esconder deveria ser transparente e se não era transparente com essa casa de leis como seria com um cidadão, e isso em sua opinião era irresponsabilidade de uma administração perdida e que não tinha compromissos com os deveres e com o público. Finalizando comentou novamente um fato, dizendo que seria pela última vez, contando que tinha ficado feliz ao saber que haviam começado a recuperação das estradas na região de Alemainha, Faxinal do Posto e Goes Artigas no último dia quinze, mas para sua infelicidade e infelicidade dos moradores daquela região as estradas continuavam péssimas, precárias, sem condições algumas de conduzir principalmente crianças e pacientes; dos produtores escoarem suas produções, e que não era só naquela região, pois a região da Cachoeira até Gavazone também estava nas mesmas condições, questionando onde estaria o britador móvel, o qual em suas falas tratava como



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

058

12

“jorna” e tinha custado quatrocentos mil reais aos cofres públicos, onde foram retirados recursos da educação, da manutenção de veículos e outros setores para aquisição dessa máquina que estaria virando ferro velho e não tinha nenhum um proveito para o cidadão. O Vereador **OSVALDIR** iniciou se dirigindo aos três vereadores membros da Comissão Processante para parabenizá-los e tranquilizou a população com relação ao andamento do processo dentro da casa onde estavam cumprindo com os prazos para não correrem o risco de perderem todo esse processo que iniciou em 2015 e não fosse interrompido mais vez pela justiça pelo não cumprimento de prazos. Disse que ficou feliz em partes porque o relatório da Comissão Processante pedia a continuidade das investigações e aí caía por terra a defesa do prefeito que se apegava a um único item, “perseguição política”, pois na afirmação no relatório de que teriam que ser continuadas as investigações porque ainda existiam indícios de improbidade administrativa os Vereadores João Artur, Valdir Cabral e Laureci concordavam com aqueles que seriam opositores do prefeito, Osvaldir, Jorge e Sidnei, e ao aceitarem a denúncia por nove votos a zero, feita por pessoas da sociedade que o prefeito queria descaracterizar dizendo que eram manipulados, até sentia pena de um cidadão em querer desqualificar as pessoas que fizeram essa denúncia dizendo que ao fazer isso estaria desrespeitando toda a sociedade, e considerando que foram nove votos para abertura desta comissão e de outra comissão para investigação sobre o medicamento Galvus, questionou qual perseguição política seria essa, em que os nove vereadores estariam dando razão ao povo aceitando as denúncias trazidas ela população, e nesse caso seria uma falta de respeito com o Poder Legislativo, pois pela constituição os vereadores são eleitos para fiscalizar os recursos públicos, independente de serem situação ou oposição e era uma vergonha pedir para que os três vereadores da Comissão de Investigação não pudessem votar por terem manifestado seus votos, sendo evidente que haviam manifestado as suas opiniões após terem ouvido as testemunhas e analisarem documentos, questionando se todo aquele povo do Congresso Nacional que haviam se manifestado contrários à Presidente Dilma não poderiam votar no processo de impeachment, ou se os que já havia se manifestado contrários ao processo também não poderiam votar, considerando isso um absurdo. Mais uma vez tranquilizou a população no sentido de que confiava na instituição Câmara; nos trabalhos da presidência do Vereador Kleverson e na continuidade do trabalho sério dos três vereadores membros da comissão, pois o processo teria continuidade e os três vereadores iriam votar sim aquele pedido de cassação que as pessoas tinham feito porque era um direito e uma obrigação dos vereadores fazer isto. Concluindo, desejou aos vereadores que continuariam os trabalhos que isso fosse levado da forma como estava sendo, e falou à população que não afrouxassem nenhum palmo daquilo que estavam fazendo porque precisavam do respaldo da população, não podiam ficar isolados e sendo taxados de que havia apenas três ciscos no carburador do motor do desenvolvimento do município, pois não era por aí. O Vereador **LAURECI** iniciou falando sobre o relatório apresentado e sobre sua conclusão final em relação à defesa prévia do prefeito Senhor Marino Kutianski para dizer ao Vereador Jorge que havia levantado uma situação em relação à Unidade de Saúde Central, que não caberia a comissão ir até a obra e analisar a situação



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

059

(12)

em que o mesmo tanto falava que foram usadas madeiras velhas, o que deveria ter sido feito na investigação e não foi. Quanto aos ônibus comentados pelo mesmo vereador, que seriam cinco veículos, disse que lamentava pelo mesmo não ter recebido a informação, pois na função de vereador tinha todo o direito de solicitar documentos que achasse necessário. Com relação ao parecer disse que haviam optado por dar sequência a dois itens, mas não estariam dizendo com essa decisão se houve ou não houve irregularidades, e sim porque teria ficado dúvidas e não queriam que pairasse essas dúvidas em suas decisões finais, deveriam continuar trabalhando de forma séria, transparente, e fazendo aquilo que seria correto; que não estavam aqui para encobrir irregularidades de nenhum companheiro, do prefeito ou de qualquer pessoa que fosse, então, esperavam nos próximos dias darem continuidade aos trabalhos e na medida em que fossem tomando as decisões trariam ao conhecimento dos pares e dos presentes. O Vereador **VALDIR CABRAL** se dirigiu aos pares, ao público presente em especial ao grupo de pessoas organizadas que estariam apoiando o legislativo diante dos fatos da administração pública neste exercício. Disse também que estavam trabalhando dentro dos prazos e das normas conforme já havia sido citado para não incorrerem em nenhuma falha de prazos, direito de defesa e esclarecimentos, para que o trabalho não fosse anulado por falhas; que estavam bem assessorados e procurando fazer da melhor forma; que apesar das vezes fazer algum pronunciamento tentando falar alguma coisa e ser interpretado por outra como sobre alguma crítica, ficava tranquilo, pois como político gostava do povo, de que as pessoas viessem até a Câmara usar a Tribuna, e que poderiam criticar o seu nome, a forma como se pronunciava e como era, mas já estava a bastante tempo na política e sempre a disposição, independente de local e de posição que assumisse. Esclareceu que durante a semana procurou o prefeito, pois a sua forma de trabalhar seria legislar e fiscalizar, mas também somar e apoiar a administração, repetindo que a política do quanto pior melhor para a sua pessoa não servia e independente de resultado de eleição seu compromisso como político e como cidadão martinense considerando que tinha CNPJ, INCRA e aqui tinha família, era o melhor para a cidade, e como fazia parte de um histórico político não poderia deixar também o desenvolvimento e o trabalho. Comentou sobre a questão do cemitério, o qual disse não ser municipal por ser um cemitério clandestino no qual a maioria dos presentes tinham entes sepultados falando que a cada vez que se perdia um cidadão martinense ou alguém da família é que podiam ver as dificuldades em encontrar um local para sepultar, além do problema de se locomoção dentro do Cemitério. Contou que conforme havia sido feito um entendimento com o prefeito no ano anterior novamente foi conversado com o proprietário do terreno ao lado do cemitério que estava verificando e organizando a documentação para a aquisição, que já estava confirmada, e ainda que o prefeito pediu que cobrassem junto ao órgão que faria um levantamento no local para que fizesse a regulamentação o mais rápido possível, dizendo com isso que estaria somando para que as coisas necessárias também acontecessem. Falou sobre as mudanças políticas que estavam acontecendo no estado, como no caso do deputado Artagão Junior assumindo uma secretaria de governo e também o deputado Valdir Rossoni como Chefe da



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

060



Casa Civil, lembrando que enquanto esteve a frente do poder executivo, neste momento agradecendo mais uma vez seus companheiros vereadores e algumas pessoas que estavam na sessão, junto com sua equipe assinou alguns projetos e convênios que trariam bastante benefícios à população e alguns estariam emperrados em algum órgão, por isso conversou e combinou com o prefeito de a partir deste momento viajarem mais para cobrarem estas ações, independente de qual prefeito assinou certos convênios e contratos, e mesmo hoje sendo outro o representante político do município, queriam que as coisas acontecessem da melhor forma pois todos sabiam das suas posições políticas no município e sua posição diante da Câmara onde era bem claro que o momento político tinha situação e oposição, mas diante da fiscalização e do trabalho procurava fazer da melhor forma, e assim orientou e pediu aos companheiros que trabalhassem dessa forma, a exemplo do Vereador Laureci que dentro da sua missão e de seu comprometimento com a sociedade martinense atuava com bastante postura. Aproveitou o momento e parabenizou este vereador dizendo que era difícil uma pressão política e a responsabilidade de legislar e fiscalizar, mas diante destes fatos procuravam não se esquecer de cobrar benefícios já que estariam no último ano de mandato, para que obras não fossem interrompidas ou não iniciadas, sendo o trabalho que procura desenvolver junto. Falou que nível federal também conversou com deputados federais, mas não quis esticar os comentários falando apenas que com certeza haveria mudanças no cenário político federal por isso deveriam dar um tempo. Na **ORDEM DO DIA** nada constou para votação. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **GILNELSON** cumprimentou o orador que fez uso da Tribuna e a todos que assinaram o documento que desencadeou a Comissão Processante dizendo que via isso com bastante tranquilidade porque já tinham comentado na sessão onde havia sido aprovado os trabalhos desta comissão que isso era um processo de mudanças que o país vinha passando e o município não poderia ficar atrás, e ainda previa que as gestões no transcorrer dos anos já teriam cidadãos mais voltados a ajudar na fiscalização dos municípios, o que já vinha acontecendo em várias regiões do Brasil, como a maturidade e a manifestação democrática legítima por parte do povo, o que via com bons olhos por isso queria cumprimentar e parabenizar a todos. Também parabenizou os vereadores membros da Comissão Processante pela lisura que estavam transmitindo e a segurança que estavam lhes dando na confecção do relatório. Falou que ouviam bastante conversa de pessoas lhes questionando o que iria acontecer com esta comissão e como dizia sempre que este era um local de discussões não só do vereador como da população, era importante quando as pessoas vinham até aqui para saberem realmente o que estava acontecendo, às vezes até para não julgarem de forma indevida algum companheiro que estaria seriamente fazendo o seu trabalho, assim os cumprimentando pela condução dos trabalhos. Solidarizou-se com o Vereador Jorge conforme já comentado pelo Vereador Laurici, dizendo que também achava lamentável que não tivesse recebido essas respostas porque isso lhes deixa sem matéria prima para trabalhar, pois a função do vereador depende muito dessa conectividade entre executivo e legislativo o que se dá normalmente através de ofícios por ser um instrumento legal de trabalho, onde poderiam comprovar o que realmente estariam pedindo, contando que verbalmente já havia feito essa



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

061

RP

cobrança ao prefeito e havia uma afirmativa do mesmo de que isso iria melhorar, mas deveriam continuar cobrando para que isso acontecesse. Concluiu desejando uma boa semana a todos falando da CEI da qual era relator, sobre os medicamentos, informando que os trabalhos continuariam, estava perfeitamente dentro do prazo, durante a semana deveriam estar recebendo a documentação do executivo e no decorrer da semana junto com o presidente Vereador Valdir Cabral e o Vereador Osvaldir provavelmente estariam se reunindo para terem uma primeira impressão a respeito dessa documentação. O Vereador **JORGE BOEIRA** continuou a falar sobre a obra do posto de saúde, após a fala do Vereador Laurici, dizendo que ficava bastante preocupado com todo respeito à comissão processante, pois tinha ouvido em depoimento pelo próprio empreiteiro dono da empresa contratada para fazer aquela obra, que havia utilizado madeiras usadas, o que constava dos depoimentos, por isso ficava um pouco preocupado com a transparência, com o Legislativo e com a população que acompanhava esses trabalhos, por isso demonstrava sua preocupação dizendo que até o fim esperava lisura e que não ficasse a sujeira debaixo do tapete, o que não poderia acontecer em um poder legislativo. O Vereador **SIDNEI LOPES** endossou as palavras do Vereador Jorge em relação às palavras do Vereador Laurici na Tribuna quando disse que não seria competência da Comissão Processante investigar as obras e atos do prefeito, onde o vereador estaria equivocado, pois seria sim competência dos vereadores. Concordou também com o Vereador Jorge Boeira em relação a obra do Posto de Saúde onde havia depoimento do próprio empreiteiro de que teria colocado madeira usada na obra. Falou sobre a defesa do prefeito da qual havia recebido cópia dizendo que achava estranho que em sua defesa o prefeito se preocupava mais em atacar os vereadores que compuseram a CEI do que com sua própria defesa, pois em momento algum falava que uma empresa que havia participado de uma licitação para capinagem era uma empresa de interpretação e tradução de textos; em momento algum falou que os vereadores estariam em parte corretos sempre os chamando de mentirosos; que tinha cunho político; que seria apenas interesse; que apenas os três eram opositores no Legislativo, mas conforme foi citado teve nove votos para instalação da Comissão Processante, por isso estaria mais preocupado com estes três vereadores do que com sua própria defesa, tanto que, deixando bem claro que esta era a sua opinião, o prefeito havia pedido ao jornal Hoje Centro Sul para vir até a Câmara fazer uma entrevista com todos os vereadores, ato que considerou ser manipulado, não quanto ao seu comentário pois publicou-se o que realmente tinha falado ao jornal, reafirmando que se houvesse uma votação para cassação seu voto seria sim, pois tinham ouvido e sabiam exatamente o que teria acontecido, por isso acreditava que este jornal sobre o qual já não tinha credibilidade e agora muito menos, veio sim a mandado do prefeito, pois já haviam até colocado o depoimento dos três vereadores membros da Comissão de Investigação na defesa dizendo que não poderiam participar da votação e teriam que ser convocados os respectivos suplentes, questionando como um suplente votaria sim ou não se nem teria conhecimento do que estava acontecendo, o que era estranho. Ainda concordou com as palavras do Vereador Valdir Cabral em relação aos comentários sobre os vereadores dizendo que não usava muito as redes sociais e tentava resolver



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

062

apaziguando as coisas, pois achava que se tornava muito público e às vezes comentavam-se coisas particulares que não tinham muito cabimento, e quanto aos comentários e postagens que relacionavam o seu nome no facebook disse que tinha sua consciência tranquila com relação a isso e que pudessem ficar a vontade, falando e postando o que quisessem, pois seu jeito era este e não iria mudar por causa de meia dúzia de pessoas. O Vereador **OSVALDIR** convidou a todos os presentes para participarem de uma audiência pública na Câmara Municipal no dia vinte e nove de março às nove horas, onde tratariam da questão da segurança pública no meio rural, dizendo que observavam que existia uma distinção entre urbano e rural, e se aqui estava difícil no interior estaria mais ainda, e aí propuseram uma discussão junto com as autoridades, pedindo a todos os vereadores que, se pudessem, estivessem presentes neste dia, onde deveria estar presente também a delegada da policia civil e o conselho de segurança. Falou que tinham certeza absoluta de que não adiantaria nada ficarem incentivando a geração de renda no meio rural se o problema era a segurança pública; que os proprietários estariam vendendo suas propriedades porque no interior não tinham segurança, situação muito complicada onde o povo estava ficando refém de pessoas que estavam trazendo vários traumas para a população. Lembrou que segurança pública era responsabilidade do estado e deviam cobrar isso do estado, pois cada vez que a policia militar precisava de apoio o município estaria apoiando, e esses problemas seriam discutidos nessa audiência publica. Ainda na questão da defesa do prefeito informou o que considerava importante, onde a comissão processante havia optado por prosseguir com dois dos cinco itens que constavam no relatório e pedia o arquivamento de três, dizendo que estavam recebendo neste dia a defesa do prefeito e cópia do relatório da comissão processante, e que na próxima sessão votariam se concordavam ou não com a retirada dos três itens que a comissão estava propondo, falando isso para os presentes entenderem como seria o processo. O Vereador **LAURECI** falou com relação ao que os Vereadores Jorge e Sidnei comentaram dizendo que talvez não tivesse sido claro em suas palavras e os mesmos entenderam que quis dizer que não era trabalho dos vereadores investigar o executivo pedindo para que reconsiderassem pois na verdade quis dizer que dentro da Comissão Processante não caberia investigar e a CEI já teria levantado e feito estas investigações. Quanto ao uso de madeiras usadas disse que todos já sabiam pois constava no depoimento do senhor Pedro, responsável pela obra, estava nas planilhas que um percentual de vinte ou trinta por cento de madeiras usadas, se o mesmo considerasse que ainda serviriam poderiam ser utilizadas, porém não sabia se chegou a utilizar este percentual mas tinha autorização para utilizar até esta quantidade; constava das planilhas; o engenheiro analisou e aprovou, senão, não teria recebido pela obra, falando isso para deixar claro em relação a fala dos dois vereadores. Lembrou que em sessões anteriores o Vereador Valdir lhe solicitou informações sobre o projeto para pavimentação com pedras irregulares das estradas de Queimadas e Rio Pequeno informando que em conversa no setor de licitações lhe foi repassado que existiam empresas interessadas em fazer essa obra e que provavelmente iriam fazer, faltando apenas o governo do estado emitir a ordem para que o serviço fosse iniciado, e assim esperavam que fosse iniciado logo, e mesmo considerando os



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

063

12

prazos a serem cumpridos estaria em andamento. Também sobre a aquisição da retro escavadeira para a qual o prefeito pretendia enviar para a Câmara um projeto de lei criando o "Programa Porteira Adentro" acreditando que logo deveria ser liberada a ordem de pagamento para aquisição dessa máquina que já havia sido licitada e já tinha empresa vencedora. Também falou em relação aos cuidados que deveriam ter com os comentários nas redes sociais, que muitas vezes nem fazia comentários, pois não são imunes de responder pelo que falam, e até porque alguns comentários que muitos estavam vendo não estava vendo porque provavelmente teria sido bloqueado por estas pessoas, mas a opinião destas pessoas não lhe interessava dizendo que poderiam continuar falando a vontade, falassem bem ou mal mas falassem de sua pessoa. O Vereador **JOÃO ARTUR** falou em relação ao comentário do Vereador Jorge colocando em dúvida os trabalhos da Comissão Processante, falando neste momento como seu presidente, dizendo que lhe surpreendeu o vereador colocar em dúvida a seriedade que esta comissão estaria tendo em seu trabalho e que o vereador teria sido infeliz em suas colocações fazendo um comentário isolado sobre a fala do Vereador Laurici na Tribuna e dizendo que teria feito um julgamento infeliz e na verdade nem sabia o que estava falando; que lhe tinha um respeito como vereador, mas não era dessa forma que os vereadores deveriam agir e sim tratarem-se com respeito e dignidade; que nunca havia falado nada sobre o vereador nem feito comentários sobre tantos assuntos levantados na Tribuna por este vereador e que era uma falta de respeito e de ética o vereador ter se referido à comissão dessa forma. Ao final o presidente também comentou que por dois mandatos de vereador pela primeira vez era presidente e tinha orgulho de trabalhar com estes vereadores pela seriedade e transparência que estavam conduzindo os trabalhos destas comissões sendo um orgulho trabalhar com pessoas que pensavam no bem estar do município e do povo. Também parabenizou o senhor Mauricio Nascimento e a todas as pessoas dizendo que assim mesmo deveriam continuar trabalhando e fazendo. Agradeceu a presença de todas as pessoas na sessão dizendo que era muito importante a presença das pessoas para que pudessem ver os trabalhos que cada um dos vereadores fazia em prol do município e do povo. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão convocando a próxima sessão ordinária para o dia quatro de abril, excepcionalmente às dezenove horas, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.

[Handwritten signatures in blue ink]